

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN

VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2502141399M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
TRT 10ª Região (DF e TO)

CARGO:

Técnico Judiciário – Área administrativa

ESPECIALIDADE:

Agente da Polícia Judicial

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) – 2º SIMULADO – CARGO 15 TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL (PÓS-EDITAL) CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1 O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

10 Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. O cliente – nem sempre – tem razão! In: *Metrópoles*. 20/06/2024. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/colunas/juris/o-cliente-nem-sempre-tem-razao>. Acesso em: 03 fev. 2025. (com adaptações).

- 1 O texto afirma que o consumidor sempre tem direito de exigir a troca de um produto recém-adquirido, desde que ele esteja em perfeito estado e dentro do prazo de validade.
- 2 Segundo o texto, o argumento “o cliente sempre tem razão” é amplamente aceito como válido no âmbito econômico, mas não encontra respaldo jurídico.
- 3 O texto defende que o consumidor deve conhecer seus direitos para exigir o cumprimento da legislação que regula as relações de consumo, mas admite que tal conhecimento não é indispensável para o respeito às normas legais.
- 4 O texto é predominantemente expositivo, pois apresenta informações sobre o conceito de direito do consumidor e ilustra situações em que esse direito pode ou não ser exercido.

5 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a expressão “lhe dá amparo” estabelece uma relação de concessão entre o consumidor e a lei.

6 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), o termo “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” exerce a função de adjunto adnominal.

7 No trecho “Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas” (quinto parágrafo), o termo “Para a lei” exerce a função de adjunto adverbial de causa.

8 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é subordinada adverbial causal, pois explica a razão de o cliente ter razão.

9 No trecho “Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade?” (segundo parágrafo), as palavras “ótica” e “será” possuem regras de acentuação diferentes, pois a primeira é acentuada por ser uma proparoxítona, enquanto a segunda é acentuada por ser oxítona terminada em “-a”.

10 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), a reescrita para “O direito do consumidor significa que o consumidor sempre tem direito de exigir que seus interesses sejam atendidos” preserva o sentido original do texto.

Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- 12 A prova dos fatos ocorridos no país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- 13 A interpretação teleológica é aquela que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas.
- 14 A analogia deve ser utilizada quando uma lei tiver uma redação dúbia.
- 15 A jurisprudência é uma fonte material do Direito.

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 16** Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.
Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- 17** Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.
A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.
- 18** Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.
Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- 19** Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.
Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- 20** Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.
São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- 21** Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.
A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.
- 22** Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
O militar alistável é elegível, atendida a seguinte condição: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- 23** Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- 24** Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
O ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- 25** Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Noções de Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

- 26** A administração direta compreende os órgãos que integram a estrutura da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, enquanto a administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 27** A desconcentração ocorre quando o ente público distribui competências dentro de sua própria estrutura organizacional, criando órgãos internos para atender às demandas.
- 28** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica, com autonomia administrativa, mas sem sujeição à supervisão do ente criador.
- 29** O ato administrativo goza de atributos como presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade, que são aplicáveis a todos os atos praticados pela Administração Pública.
- 30** A revogação de um ato administrativo ocorre por motivo de conveniência ou oportunidade e atinge atos válidos que ainda não tenham produzido efeitos concretos.
- 31** O poder regulamentar permite à administração pública detalhar normas gerais previstas em lei, mas não criar direitos ou obrigações de forma autônoma.
- 32** O abuso de poder pode se manifestar em duas formas: excesso de poder, quando o agente público atua fora de suas competências, e desvio de finalidade, quando o ato visa à finalidade diversa do interesse público.
- 33** Segundo a Lei n. 8.112/1990, os servidores públicos federais podem acumular dois cargos públicos em qualquer situação, desde que não haja prejuízo à carga horária.
- 34** De acordo com a Lei n. 9.784/1999, o contraditório e a ampla defesa devem ser assegurados em todos os processos administrativos, independentemente de sua natureza ou objeto.
- 35** A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos é objetiva, exigindo apenas a comprovação do dano e do nexo causal, enquanto por atos omissivos é subjetiva, dependendo da comprovação de culpa ou dolo.

Noções de Direitos Humanos

Daniel Barbosa

- 36** De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento sigiloso no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- 37** De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

- 38 De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o cordão de fita com desenhos de girassóis é o símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências físicas.
- 39 De acordo com a Resolução n. 492/2023 do CNJ, a capacitação de magistradas e magistrados nas temáticas relacionadas a direitos humanos, gênero, raça e etnia, conforme artigo anterior, constará nos regulamentos para concessão do Prêmio CNJ de Qualidade.
- 40 A Resolução n. 368/2023 do CSJT instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, no âmbito da Justiça do Trabalho. Um dos princípios do programa é a observância dos princípios cristãos.

Noções de Governança Pública

Bruno Eduardo

A governança pública, fundamentada em princípios como transparência, *accountability* e eficiência, é essencial para o bom desempenho das organizações públicas. No âmbito da gestão pública, a Resolução CNJ n. 325/2020 estabelece diretrizes estratégicas para o Poder Judiciário, enfatizando a importância da gestão estratégica para a melhoria da prestação jurisdicional. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 41 A governança pública tem como um de seus objetivos principais a promoção da integridade nas práticas administrativas, garantindo que os resultados alcançados sejam sempre superiores aos planejados.
- 42 A Resolução CNJ n. 325/2020 enfatiza a necessidade de integração entre os órgãos do Poder Judiciário, com base em metas nacionais e regionais, como forma de assegurar a melhoria da prestação jurisdicional.
- O planejamento estratégico é uma ferramenta indispensável para as organizações públicas e privadas, possibilitando a definição de objetivos de longo prazo e a adoção de métodos e técnicas que alinhem os recursos disponíveis às metas institucionais. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.
- 43 No planejamento estratégico, a análise SWOT é utilizada para identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, sendo aplicável tanto a organizações públicas quanto privadas.
- 44 A missão e a visão organizacional são aspectos secundários no planejamento estratégico e não influenciam diretamente a definição de metas e objetivos institucionais.

A cultura organizacional exerce grande influência sobre o desempenho das organizações formais modernas, impactando diretamente as estruturas organizacionais e os processos internos. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 45 A cultura organizacional é composta por valores, crenças e práticas compartilhadas que definem o comportamento dos indivíduos e grupos dentro da organização.
- 46 Nas organizações públicas, a cultura organizacional não interfere no processo de comunicação formal, pois este é regido exclusivamente por normativos e regulamentos internos.

A gestão por processos, apoiada em ferramentas clássicas como o diagrama de Ishikawa e o ciclo PDCA, é amplamente utilizada na administração pública para promover melhorias contínuas e alcançar a excelência nos serviços prestados. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 47 O ciclo PDCA é uma ferramenta utilizada para a análise, correção e melhoria contínua de processos, sendo composto pelas etapas de planejamento, execução, verificação e ação corretiva.
- 48 O diagrama de Ishikawa, também conhecido como diagrama de causa e efeito, é utilizado exclusivamente para identificar falhas em processos de produção industrial, não sendo aplicável à administração pública.

A inovação na gestão pública, por meio do uso de tecnologias como a inteligência artificial e metodologias, como o *design thinking*, é um diferencial para a modernização dos serviços públicos. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 49 O *design thinking* é uma metodologia voltada para a solução de problemas complexos, colocando o cidadão no centro do processo e buscando soluções inovadoras.
- 50 A inteligência artificial é utilizada na gestão pública exclusivamente para a automatização de tarefas operacionais, não desempenhando papel estratégico na tomada de decisões.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal

Renato Pulz

- 51 O Código Penal traduz expressamente o princípio da anterioridade penal ao afirmar que não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.
- 52 A irretroatividade da lei penal é absoluta, não admitindo exceções, em respeito ao princípio da legalidade e da segurança jurídica.
- 53 Deverá ser aplicada a lei norte americana no caso de um crime cometido por brasileiros civis dentro de uma aeronave da força aérea brasileira, mas que está sobrevoando território norte americano porque estavam sendo repatriados.
- 54 A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.
- 55 Robertão será responsabilizado por lesão corporal gravíssima pois agrediu seu vizinho e causou uma lesão no braço do desafeto, que não poderá jogar tênis como de costume por até 60 dias.
- 56 Zezinho, maior de idade e capaz, comete crime e será punido com multa quando por agressões verbais usa de violência psicológica para intimidar Huguinho de forma sistemática, de modo intencional e repetitivo, humilhando-o e não o deixando fazer parte do grupo de amigos nas brincadeiras.
- 57 Jucabala subtraiu o celular da vítima usando de uma faca para ameaçá-la, por isso deverá ser responder pelo crime de roubo majorado com um aumento de pena de 2/3.
- 58 O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- 59 A prova do crime que levaria o assassino a condenação deverá ser desentranhada do processo e não poderá ser usada pela acusação, pois a polícia a obteve porque entrou na casa do suspeito sem um mandado judicial em uma noite em que a residência estava vazia.
- 60 Em um crime de tentativa de estupro em que a vítima apresenta várias marcas pelo corpo, pois reagiu e lutou, ficando inclusive com marcas de sangue do agressor nas suas mãos, pode-se afirmar que nem mesmo se o agressor confessasse poderia ser dispensado o exame de corpo de delito.
- 61 O exame de corpo de delito poderá ser feito das em qualquer dia e a qualquer hora, exceto nos finais de semana.
- 62 A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

- 63 O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
- 64 A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em até 24 horas ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

Segurança de Dignitários

Fernando Marinha

- 65 Durante uma operação de segurança, policiais judiciais realizam a escolta de uma autoridade utilizando a formação pentagonal, garantindo proteção em todas as direções. A coordenação da escolta fica sempre sob responsabilidade de um único agente, independentemente da movimentação do protegido.
Na formação pentagonal, a coordenação da escolta permanece sempre com o mesmo agente, mesmo que a autoridade altere sua direção durante o deslocamento.
- 66 Durante a escolta de uma autoridade em um evento público, a equipe de segurança se depara com um cenário de ambiente aberto, onde um único agressor inicia um ataque contra o protegido. Esse tipo de situação apresenta desafios específicos, como a escolha estratégica do local pelo perpetrador e a possibilidade de múltiplas rotas de fuga. No entanto, o fato de haver apenas um atacante permite que a equipe mantenha a proteção eficaz e neutralize a ameaça de forma mais coordenada.
Em um ataque realizado por um único perpetrador em ambiente aberto, a equipe de segurança enfrenta maior dificuldade para conter a agressão e bloquear as linhas de mira sobre o protegido, uma vez que o cenário favorece a dispersão do ataque em múltiplas direções.
- 67 Durante a realização de um julgamento de grande repercussão, um magistrado precisa se deslocar do tribunal até um local previamente definido para entrevistas com a imprensa. Para garantir sua integridade, a equipe de segurança realiza um planejamento detalhado, incluindo análise de riscos, varredura do ambiente e monitoramento de ameaças antes da chegada da autoridade.
No momento do deslocamento, um grupo reduzido de agentes se mantém próximo ao magistrado, agindo como barreira física para protegê-lo de possíveis agressões ou aproximações indesejadas. Com base em seus conhecimentos acerca de segurança e proteção de autoridades, julgue o item abaixo.
No exemplo apresentado, a fase de planejamento, análise de riscos e monitoramento de ameaças caracteriza a Segurança de Autoridade. Já a ação do grupo reduzido de agentes que se posicionam próximos à autoridade para protegê-la de ameaças diretas representa a Proteção de Autoridade.

- 68** Na gestão de riscos de uma organização, é essencial estabelecer prioridades e integrar o grau de risco às limitações orçamentárias. Um dos métodos utilizados para essa finalidade é o Método de T. Fine, que permite avaliar a criticidade de cada risco ou ameaça, além de determinar a urgência das medidas necessárias. Esse método possibilita a tomada de decisão embasada em critérios objetivos ou subjetivos, a depender da disponibilidade de dados. Com base nos seus conhecimentos sobre as metodologias utilizadas em análise de risco, julgue o item a seguir.
- O Método de T. Fine é uma ferramenta essencial na análise de risco, pois projeta o esforço e o investimento necessário para tratar um risco com base em sua criticidade, permitindo a justificativa de investimentos por meio da relação custo-benefício.
- 69** Uma equipe de gestão de riscos deseja identificar e priorizar os problemas mais críticos dentro de um sistema de segurança institucional. Para isso, decide utilizar uma ferramenta gráfica baseada em dois eixos cartesianos, onde as opções de ação são listadas nas colunas e os critérios avaliativos são distribuídos nas linhas, permitindo uma análise quantitativa da incidência dos eventos mais comuns. Essa abordagem permite visualizar o comportamento dos problemas no sistema e evita atribuições inadequadas de prioridade. Com base nos seus conhecimentos sobre as metodologias utilizadas em análise de risco, julgue o item a seguir.
- O método descrito na situação exemplifica o Diagrama de Pareto, pois consiste em uma tabela bidimensional onde opções são listadas em colunas e critérios em linhas, permitindo uma avaliação sistemática da prioridade dos eventos com base em critérios como Gravidade, Urgência e Tendência."
- 70** Durante o planejamento de uma operação de segurança para um Desembargador ameaçado, a equipe de segurança realizou uma análise de risco preliminar para determinar o nível de proteção adequado. Foi constatado que a autoridade estava sob risco como elevado. Nessa situação a equipe decidiu manter a Cápsula de Segurança no modelo padrão, pois entende que apenas a vigilância situacional já é suficiente para garantir a integridade da autoridade.
- Conforme a análise de risco, um risco elevado pode ser gerenciado apenas com vigilância situacional, sem necessidade de reforço na Cápsula de Segurança, devendo os agentes apenas aumentarem seu poder de fogo.
- 71** Durante a elaboração de um plano de segurança, alguns integrantes confundem o faseamento com as fases do planejamento. Com base nos seus conhecimentos sobre planejamento de segurança, julgue o item que se segue.
- No planejamento de segurança, as fases do planejamento correspondem a etapas sequenciais de execução do projeto, enquanto o faseamento do planejamento está vinculado à metodologia utilizada para sua construção.
- 72** Durante a elaboração de um plano de contingência para um tribunal, a equipe de segurança define estratégias para manter a operação diante de incidentes críticos. O planejamento adota os 4 R's: Resposta, Reassunção, Recuperação e Restauração, garantindo a continuidade dos serviços e a retomada plena das atividades após a crise. Com base nos seus conhecimentos sobre planejamento de contingências, julgue o item que se segue.
- No planejamento de contingência, a fase de resposta representa a reação imediata ao evento adverso, enquanto a fase de recuperação busca restaurar a normalidade dos serviços.
- 73** Durante um treinamento de armamento e tiro, o instrutor apresenta diferentes tipos de armas de fogo e explica seus mecanismos de funcionamento. Os alunos devem compreender as diferenças operacionais entre os modelos demonstrados.
- Com base nos seus conhecimentos sobre armamento e tiro, julgue o item que se segue.
- A arma de fogo de repetição permite que o atirador realize disparos sucessivos apenas acionando o gatilho, sem necessidade de intervenção manual para preparar o disparo seguinte.
- 74** A direção evasiva é um conjunto de técnicas de condução de veículos aplicadas para evitar colisões e proteger o dignitário contra ameaças. Essas técnicas exigem habilidade do condutor para reagir rapidamente a situações adversas, minimizando riscos e garantindo a segurança durante deslocamentos críticos.
- Com base nos seus conhecimentos sobre direção evasiva, julgue o item que se segue.
- As técnicas de direção evasiva incluem manobras como Slalom de 8, Frenagem com Desvio, Oito e Reverso, permitindo que o condutor execute ações de escape e reação rápida em cenários de risco.
- 75** Durante um treinamento de defesa pessoal, o instrutor explica que ataques com faca são extremamente perigosos e exigem uma resposta rápida e eficaz. Destaca ainda a importância de avaliar o contexto antes de reagir e aplicar técnicas adequadas para neutralizar a ameaça.
- Com base nos seus conhecimentos sobre defesa contra faca, julgue o item que se segue.
- Em um ataque com faca, a melhor estratégia é tentar bloquear os golpes diretamente com os braços, mantendo a menor distância possível do agressor para aumentar o controle da situação.
- 76** Em uma negociação de crise com reféns, o comandante da cena deve tomar decisões baseadas em critérios estratégicos, avaliando a necessidade, os riscos envolvidos e a aceitabilidade das ações. Medidas como a interrupção de comunicações telefônicas, fornecimento de alimentos e a viabilidade de táticas de intervenção precisam ser analisadas cuidadosamente para evitar que agravem a situação.
- Com base nos seus conhecimentos sobre os critérios de ação no gerenciamento de crises, julgue o item que se segue.
- No gerenciamento de crises, a decisão deve ser tomada exclusivamente com base na necessidade da ação, sem necessidade de avaliar os riscos envolvidos ou a aceitabilidade jurídica e moral da medida adotada.

Segurança Orgânica

Fernando Marinha

- 77** Durante um evento oficial, a equipe de inteligência recebe relatos sobre um indivíduo que, sem qualquer vínculo com grupos organizados, demonstra uma fixação obsessiva por uma autoridade pública. Essa pessoa, conhecida por sua mania de perseguição, comparece frequentemente a locais onde a autoridade está presente, tenta coletar informações sobre sua rotina e faz postagens nas redes sociais comentando sobre seus deslocamentos. No entanto, não utiliza técnicas especializadas de inteligência adversa, nem adota medidas que caracterizem uma operação estruturada de espionagem. Com base nos seus conhecimentos sobre Inteligência e ContrainTELigência, julgue o item que se segue.
- As ações adversas perpetradas por atores sem o uso de técnicas especializadas de inteligência devem ser acompanhadas pela ContrainTELigência, pois representam antagonismos à segurança do evento.
- 78** Durante a análise de risco em um edifício público, a equipe de segurança propõe a implementação de barreiras físicas, controle de acessos e sistemas de monitoramento distribuídos em diferentes camadas. O objetivo é garantir que eventuais ameaças sejam detectadas, retardadas e neutralizadas antes de atingirem áreas críticas. Essa abordagem estratégica busca impedir que um único ponto de falha comprometa a integridade do local protegido. Com base nos seus conhecimentos sobre os princípios da segurança física, julgue o item que se segue.
- A adoção de barreiras físicas, controle de acessos e monitoramento distribuído em camadas caracteriza a Proteção em Profundidade, um Princípio da Segurança Física que visa criar sucessivos obstáculos para dificultar a ação de um agente hostil.
- 79** Um tribunal implementa um plano de prevenção contra incêndios para reduzir riscos e garantir a segurança de seus ocupantes. Durante uma inspeção, são verificadas medidas como sinalização adequada das saídas de emergência, funcionamento dos alarmes, presença de extintores e planejamento de evacuação. Além disso, treinamentos periódicos são realizados para que todos saibam como agir em caso de sinistro. Com base nos seus conhecimentos sobre segurança e gestão de áreas e instalações, julgue o item que se segue.
- A prevenção contra incêndios é um componente essencial da segurança de áreas e instalações, pois envolve medidas estruturais, operacionais e procedimentais que garantem a evacuação segura e a preservação da edificação em situações de emergência.
- 80** Uma instituição pública decide reforçar a segurança de suas instalações. Para isso, são implementadas medidas como muros de proteção perimetral e grades fixas ao redor do prédio, além da instalação de portões automatizados que se fecham ao detectar uma tentativa de invasão. Com base nos seus conhecimentos sobre segurança ativa e segurança passiva, julgue o item que se segue.
- A segurança passiva é composta por elementos estáticos, que permanecem constantes independentemente da existência de uma ameaça, enquanto a segurança ativa é composta por sistemas que reagem automaticamente diante de uma agressão.
- 81** Uma equipe de segurança foi designada para avaliar as condições de proteção de uma instalação estratégica. Para isso, os profissionais realizaram diversas atividades em campo, coletando informações relevantes sobre possíveis vulnerabilidades e riscos presentes no local. Com base nos seus conhecimentos sobre trabalho de campo na análise de riscos, julgue o item que se segue.
- O trabalho de campo dentro da análise de riscos consiste apenas na observação do ambiente e na coleta de informações gerais, sem a necessidade de padronização ou formalização dos dados obtidos.
- 82** Uma organização desenvolve um plano de contingência para situações emergenciais, incluindo protocolos para incêndios, invasões e desastres naturais. O planejamento prevê sistemas de alarme, controle de acessos rigoroso, rotas de evacuação sinalizadas e treinamentos periódicos para os funcionários. Com base nos seus conhecimentos sobre planejamento de contingências, julgue o item que se segue.
- Os procedimentos emergenciais devem priorizar exclusivamente a rapidez na resposta, sem necessidade de precisão na execução das ações, uma vez que o principal objetivo é reagir o mais rápido possível diante da crise.
- 83** Em uma empresa de tecnologia, a equipe de segurança identificou que os servidores internos estavam desatualizados e sem os devidos patches de correção. Essa condição poderia permitir a exploração por agentes externos, comprometendo a integridade dos dados armazenados. Com base nos seus conhecimentos sobre segurança da informação, julgue o item que se segue.
- Uma vulnerabilidade é caracterizada como qualquer fragilidade presente em ativos da organização que, por si só, já resulta em incidentes de segurança, independentemente da existência de uma ameaça.
- 84** Em um edifício governamental, a segurança exige que todos os visitantes utilizem crachás de identificação, passem por registro na recepção e sejam acompanhados por um funcionário autorizado até seu destino. Além disso, protocolos internos regulam o acesso de servidores a determinadas áreas, exigindo permissões específicas. Com base nos seus conhecimentos sobre controle de acesso, julgue o item que se segue.
- O controle de acesso procedimental consiste na adoção de barreiras físicas, como portas reforçadas e catracas eletrônicas, para restringir o acesso e a circulação em áreas sensíveis.
- 85** Em um incêndio estrutural, o calor pode se propagar de diferentes formas, influenciando a velocidade com que o fogo se espalha e os métodos necessários para sua contenção. Entre os principais processos de transmissão térmica estão a condução, a convecção e a radiação, cada um com características específicas que impactam diretamente no combate ao fogo. Com base nos seus conhecimentos sobre a propagação do calor, julgue o item a seguir.
- A condução ocorre quando o calor é transferido por meio do movimento de fluidos aquecidos, como o ar quente subindo em um ambiente em chamas, sendo um dos principais fatores na propagação de incêndios.

- 86** Durante uma auditoria de segurança, foi constatada a necessidade de aprimorar os sistemas de proteção contra incêndios em determinadas instalações. A equipe técnica analisou soluções automáticas que pudessem ser acionadas de forma eficiente para mitigar riscos e proteger a edificação.

Com base nos seus conhecimentos sobre medidas de combate a incêndios, julgue o item a seguir.

Os sprinklers ou chuveiros automáticos são dispositivos termo sensíveis que, ao serem acionados por temperaturas predeterminadas, liberam água automaticamente em uma área específica, ajudando no controle ou extinção de um incêndio.

- 87** Acerca da manutenção e inspeção dos equipamentos de combate a incêndios, julgue o item a seguir.

As mangueiras de incêndio utilizadas em edifícios comerciais, industriais ou pelo Corpo de Bombeiros devem passar por inspeção a cada 12 meses e manutenção a cada 24 meses, conforme o nível de risco estabelecido pela norma.

- 88** Durante um treinamento de defesa pessoal, um instrutor explica que a antecipação de um risco, a vigilância constante do ambiente e a pronta reação diante de uma ameaça são fundamentais para a proteção eficaz. Ele destaca que essas estratégias podem ser classificadas de acordo com sua finalidade e momento de aplicação.

Com base nos seus conhecimentos sobre a classificação da defesa pessoal, julgue o item que se segue.

A defesa pessoal pode ser classificada em preventiva, ostensiva e repressiva, sendo que a primeira está relacionada à antecipação do fato, a segunda à manutenção do estado de alerta e a última à reação direta contra a ameaça.

Legislação Relacionada

Leonardo Castro

- 89** De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, a aceitação de proposta de suspensão condicional do processo não impede que seja analisado pedido de trancamento da ação penal.
- 90** De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, é possível que o juiz conceda a suspensão condicional do processo em caso de desclassificação do crime ou procedência parcial da pretensão punitiva, desde que preenchidos os requisitos legais.
- 91** De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, nos casos de crime continuado em que a soma da pena mínima do delito mais grave, acrescida do aumento mínimo de um sexto, ultrapasse um ano, não é cabível a suspensão condicional do processo.
- 92** De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, em havendo requisitos legais para a suspensão condicional do processo e, ainda assim, recusar-se o Ministério Público a propô-la, caberá ao juiz, se discordar da recusa, encaminhar a questão ao Procurador-Geral de Justiça, aplicando-se por analogia o art. 28 do CPP.

- 93** De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, quando as infrações penais forem praticadas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva e a pena mínima resultante ultrapassar um ano, não se aplica a suspensão condicional do processo.

- 94** De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, a homologação da transação penal prevista na legislação especial não gera coisa julgada material. Assim, em caso de descumprimento das cláusulas impostas, a persecução penal poderá prosseguir com o oferecimento de denúncia ou, quando necessário, com a requisição de inquérito policial.

- 95** Qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta ou indireta, pode ser sujeito ativo de crime de abuso de autoridade, mesmo que exerça funções públicas de forma temporária ou sem remuneração.

- 96** Em caso de condenação por crime de abuso de autoridade, a perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para o exercício de cargo público são efeitos automáticos da sentença.

- 97** Todos os crimes previstos na Lei n. 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada e punidos com pena de detenção, sendo que, caso o Ministério Público não apresente a denúncia no prazo legal, admite-se a ação penal privada subsidiária da pública.

- 98** Impedir ou dificultar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da administração pública direta ou indireta, por motivo de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, é conduta atípica na legislação brasileira, estando sujeita apenas a sanções administrativas.

- 99** Se qualquer dos crimes de discriminação ou preconceito for praticado no contexto de atividades esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público, a lei prevê aumento de pena e ainda proibição de frequência, por 3 (três) anos, a locais onde ocorram tais eventos.

- 100** É atribuição do Poder Judiciário exercer, por meio de seus presidentes de tribunais, magistrados que presidem turmas, sessões ou audiências, e agentes e inspetores de polícia judicial, o poder de polícia administrativa no interior de suas instalações, podendo, quando necessário, requisitar colaboração de autoridades externas.

- 101** São consideradas pessoas idosas todas as que têm idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

- 102** De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, deve ser reservada, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a cota de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades para pessoas idosas.

Gestão de Contratos – Decreto n. 11.531/2023 (Convênios e Instrumentos Congêneres) – Decreto n. 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços)

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens abaixo considerando o Decreto n. 11.531/2023.

- 103** Fica vedada a celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente membro do Ministério Público.
- 104** Contrato de repasse é o instrumento que, na ausência de legislação específica, dispõe sobre a transferência de recursos financeiros provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração;
- 105** É possível afirmar que conveniente é órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, consórcio público, entidade privada com ou sem fins lucrativos ou serviço social autônomo, com o qual a administração pública federal pactua a execução de programa, projeto, atividade, obra ou serviço de engenharia.

Julgue os itens abaixo com fulcro no Decreto n. 11.462/2023.

- 106** Compete ao órgão gerenciador conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados.
- 107** Desde que autorizado por ministro de Estado, os órgãos e às entidades da administração pública federal poderão aderir a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.
- 108** O SRP poderá ser adotado quando a administração pretender contratar objetos para atender mais de um órgão ou entidade, inclusive nas compras centralizadas;

Gestão de Contratos – Tópicos 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 3, 4 e 4.1

Ismael Noronha

- 109** O credenciamento poderá ser adotado pela administração nas seguintes hipóteses de contratação: paralela e não excludente, com seleção a critério de terceiros e em mercados fluidos.
- 110** O edital de credenciamento será divulgado e mantido à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.
- 111** O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado na modalidade pregão, obrigatoriamente
- 112** A licitação, na forma eletrônica, será conduzida obrigatoriamente pela comissão de contratação.

- 113** Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- 114** No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital de licitação.
- 115** É vedado à administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada
- 116** Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle.
- 117** A adoção de Compras Públicas Sustentáveis traz diversos benefícios ao meio ambiente e à sociedade, e impulsiona o desenvolvimento sustentável, dentre os quais podemos citar o fomento à produção de bens, serviços e obras sustentáveis
- 118** A Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) é uma ferramenta para avaliar as consequências ambientais e à saúde humana associadas a um produto, serviço, processo ou material ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a extração e processamento de matéria prima, até o descarte final, passando pelas fases de transformação e beneficiamento, transporte, distribuição, uso, reuso, manutenção e reciclagem.
- 119** A aquisição de bens é essencial para o desenvolvimento das atividades do órgão, devendo, por isso, constituir-se como uma das estratégias para a implementação de premissas de sustentabilidade na estrutura da organização. Desta forma, demonstra-se apropriada, sempre que possível, a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nos instrumentos convocatórios, como utilização de materiais não recicláveis, produtos com maior durabilidade e que sejam constituídos pela menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos e que, nos processos de produção, consumam menor quantidade de matérias-primas e energia.
- 120** Os seguintes produtos devem obrigatoriamente observar o sistema de logística reversa: pilhas, bateria e produtos metálicos.

Discursiva

Letícia Bastos

TEXTO I:

"A segurança institucional é um dos pilares para a proteção das instituições públicas e da democracia. No âmbito do Poder Judiciário, agentes de polícia judicial desempenham um papel fundamental ao garantir a segurança de magistrados, servidores, instalações e o pleno funcionamento das atividades judiciais. Com o aumento de ameaças físicas e cibernéticas, o desafio de manter a ordem e a integridade institucional se torna cada vez mais complexo." (*Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Relatório de Segurança Institucional, 2023.*)

TEXTO II:

"A adoção de tecnologias modernas, como videomonitoramento, inteligência artificial e sistemas integrados de comunicação, tem transformado a atuação dos agentes de segurança pública e institucional. No entanto, a tecnologia por si só não é suficiente para enfrentar desafios como o crescimento das ameaças digitais, o aumento da polarização social e os ataques direcionados a instituições públicas. É necessária a capacitação contínua dos agentes e o fortalecimento de políticas que promovam a segurança institucional de forma integrada." (*Fonte: Revista Brasileira de Segurança Pública, edição especial, 2023.*)

Sendo os textos acima apenas motivadores, redija um texto dissertativo em que você aborde:

- 1) Explique o conceito de segurança institucional e analise sua relevância para o funcionamento pleno e seguro do Poder Judiciário. [Valor: 9,50 pontos]
- 2) Discuta os impactos das ameaças contemporâneas, como ataques físicos, cibernéticos e a polarização social, sobre a segurança institucional do Judiciário. [Valor: 9,50 pontos]
- 3) Analise o papel das tecnologias e da capacitação profissional no enfrentamento dos desafios de segurança institucional, sugerindo medidas para seu aprimoramento. [Valor: 9,50 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
2º SIMULADO
CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA
ESPECIALIDADE: AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL (PÓS-EDITAL)

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Gabarito	E	C	E	C	E	E	E	E	C	E	C	C	E	E	E
Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	C	C	C	E	C	E	C	E	C	C	C	C	E	E	C
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Gabarito	C	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	C
Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	E	C	E	C	E	E	C	E	C	E	E	C	C
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Gabarito	E	E	C	E	E	E	C	C	E	E	E	E	E	C	E
Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	E	C	C	C	E	E	E	E	E	C	E	C	C	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Gabarito	C	C	C	C	C	E	C	E	C	C	C	E	C	E	E
Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	C	C	C	C	E	C	C	C	C	C	C	E	E

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva

TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) – 2º SIMULADO – CARGO 15 TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL (PÓS-EDITAL) CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

- 1 O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

- 10 Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

- 15 A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

- Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

- 25 Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. *O cliente – nem sempre – tem razão!* In: *Metrópoles*. 20/06/2024. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/colunas/juris/o-cliente-nem-sempre-tem-razao>. Acesso em: 03 fev. 2025. (com adaptações).

- 1 O texto afirma que o consumidor sempre tem direito de exigir a troca de um produto recém-adquirido, desde que ele esteja em perfeito estado e dentro do prazo de validade.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto ressalta que o direito de troca ou devolução do dinheiro só é garantido em **situações específicas**, como vício do produto, promessa do vendedor ou compra fora do estabelecimento físico. O estado perfeito do produto não é, por si só, condição suficiente para garantir esse direito, invalidando o item.

- 2 Segundo o texto, o argumento “o cliente sempre tem razão” é amplamente aceito como válido no âmbito econômico, mas não encontra respaldo jurídico.

Certo.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto explicita que o aforismo “o cliente sempre tem razão” é conhecido e utilizado como estratégia econômica para fidelizar clientes e evitar propaganda negativa. No entanto, do ponto de vista jurídico, a validade dessa ideia é negada, pois o consumidor só tem razão quando a lei o ampara.

- 3 O texto defende que o consumidor deve conhecer seus direitos para exigir o cumprimento da legislação que regula as relações de consumo, mas admite que tal conhecimento não é indispensável para o respeito às normas legais.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto enfatiza que a consciência mínima dos direitos é essencial para que o consumidor possa exigir o cumprimento das normas e ser respeitado em sua condição de consumidor. Ele não admite que o respeito às normas ocorra independentemente desse conhecimento, tornando o item incorreto.

- 4 O texto é predominantemente expositivo, pois apresenta informações sobre o conceito de direito do consumidor e ilustra situações em que esse direito pode ou não ser exercido.

Certo.

Assunto abordado: Tipologia textual.

O texto tem como objetivo principal explicar e esclarecer o conceito de direito do consumidor, apresentando exemplos e argumentações. Essa característica demonstra que ele é predominantemente expositivo, validando o item.

- 5 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a expressão “lhe dá amparo” estabelece uma relação de concessão entre o consumidor e a lei.

Errado.

Assunto abordado: Semântica.

A expressão “lhe dá amparo” estabelece uma **relação de condição**, indicando que o consumidor só tem razão quando há respaldo jurídico. Não há relação de concessão nesse contexto.

- 6 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), o termo “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” exerce a função de adjunto adnominal.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período simples.

O trecho “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” é uma **oração subordinada adjetiva restritiva** que funciona como adjunto adnominal do núcleo “conjunto de normas”. No entanto, essa oração não é, por si só, um adjunto adnominal, mas, sim, uma **estrutura oracional que modifica o núcleo**.

- 7 No trecho “Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas” (quinto parágrafo), o termo “Para a lei” exerce a função de adjunto adverbial de causa.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período simples.

O termo “Para a lei” exerce a função de **adjunto adverbial de conformidade**, indicando que o enunciado subsequente é baseado em normas jurídicas, e não expressando uma relação de causa.

- 8 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é subordinada adverbial causal, pois explica a razão de o cliente ter razão.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período composto.

A oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é **subordinada adverbial temporal**, indicando o momento em que o cliente (consumidor) tem razão, conforme o texto. Não há relação de causa, mas, sim, de tempo.

- 9 No trecho “Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade?” (segundo parágrafo), as palavras “ótica” e “será” possuem regras de acentuação diferentes, pois a primeira é acentuada por ser uma proparoxítona, enquanto a segunda é acentuada por ser oxítona terminada em “-a”.

Certo.

Assunto abordado: Acentuação.

A palavra “ótica” é acentuada por ser proparoxítona, enquanto “será” é acentuada, de fato, por se tratar de uma oxítona terminada em vogal.

- 10 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), a reescrita para “O direito do consumidor significa que o consumidor sempre tem direito de exigir que seus interesses sejam atendidos” preserva o sentido original do texto.

Errado.

Assunto abordado: Reescrita de frases e orações.

A reescrita apresenta um significado diferente do texto original, pois altera o sentido ao sugerir que o consumidor tem sempre o direito de exigir a satisfação de seus interesses. O texto original, no entanto, destaca que a expressão “direito do consumidor” refere-se a normas que regulam relações, e não à garantia absoluta dos interesses do consumidor.

Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Certo.

Assunto abordado: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Trata-se do art. 1º, § 4º, da LINDB:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada. (Vide Lei n. 1.991, de 1953) (Vide Lei n. 2.145, de 1953) (Vide Lei n. 2.410, de 1955) (Vide Lei n. 2.770, de 1956) (Vide Lei n. 3.244, de 1957) (Vide Lei n. 4.966, de 1966) (Vide Decreto-Lei n. 333, de 1967) (Vide Lei n. 2.807, de 1956) (Vide Lei n. 4.820, de 1965)

§ 2º (Revogado pela Lei n. 12.036, de 2009).

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º **As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.** (Grifos nossos.)

- 12 A prova dos fatos ocorridos no país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Certo.

Assunto abordado: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Trata-se de cópia do art. 13 da LINDB. Se faço um contrato verbal na Itália no valor de R\$ 100.000,00 e, lá, a lei italiana admite prova exclusivamente testemunhal para comprovar esse contrato (por exemplo, em razão de uma ação de cobrança que eu possa mover contra a outra parte), então, aqui no Brasil também será admitida prova exclusivamente testemunhal para a prova desse contrato, pois, segundo o art. 13 da LINDB, aplica-se a lei do país em que o fato ocorreu quanto aos meios de provas admitidos. Em outras palavras, se a lei brasileira proibisse prova exclusivamente testemunhal para negócios jurídicos de valor alto (como antigamente fazia o já revogado art. 227 do Código Civil), essa proibição da lei brasileira não seria aplicada no exemplo que citamos.

- 13 A interpretação teleológica é aquela que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação e integração da norma jurídica.

A questão define a interpretação lógica. Sobre o tema, veja esta explicação doutrinária:

5.6.4. Interpretação teleológica ou social

A interpretação teleológica ou social é a que adequa o texto da lei à realidade social. O verbete “teleológico” descende etimologicamente do grego “teleos”, que se reporta à ideia de finalidade. A interpretação teleológica busca a finalidade da norma sob a ótica da realidade social atual. Dialoga com os arts. 5º da LINDB e 8º

do CPC, por prestigiar os fins sociais da norma. O art. 1.593 do CC, por exemplo, ao tratar de parentesco, deve ser interpretado de modo a contemplar também o parentesco socioafetivo.

5.6.5. Interpretação lógica ou racional

A interpretação lógica ou racional é a que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas. O STF, por exemplo, ao interpretar as normas que preveem cotas raciais (a que reserva vagas a negros em universidades públicas), analisou as motivações políticas, históricas e ideológicas que cercam o tema, e entendeu que essas regras podem ser aplicadas a qualquer negro, rico ou pobre, pois a finalidade é aumentar a quantidade de negros no meio acadêmico como resposta ao histórico de preconceito racial (STF, ADPF 186, Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 17/10/2014).

(OLIVEIRA, Carlos E. Elias de; COSTA-NETO, João. Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense/Método, 2025, p. 46)

- 14 A analogia deve ser utilizada quando uma lei tiver uma redação dúbia.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação e integração da norma jurídica.

Analogia é meio de integração normativa e, por isso, é utilizada para suprir a falta de uma lei para um caso concreto. Se há lei, não se fala em integração, mas, sim, em interpretação.

- 15 A jurisprudência é uma fonte material do Direito.

Errado.

Assunto abordado: Fontes de Direito.

Jurisprudência é fonte formal, e não material.

Fonte material são os fatores sociais que criam o direito.

Fonte formal são: lei no sentido amplo (principal fonte); jurisprudência (decisões dos tribunais – há jurisprudências vinculantes e não vinculantes); costumes jurídicos (hábitos sociais com força jurídica); princípios gerais de direito (noções de justiça construídas ao longo da história do Direito); vontade dos particulares (especialmente quando se manifesta por meio de atos jurídicos, como no caso de contratos); e, doutrina (há controvérsia).

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 16 Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.

Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Certo.

Assunto abordado: Direitos individuais.

De acordo com o art. 5º, XVI, da CF/1988:

Art. 5º, XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

- 17 Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.

A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

Certo.

Assunto abordado: Direitos individuais.

De acordo com o art. 5º, XXIV, da CF/1988:

Art. 5º, XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

- 18 Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.

Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Certo.

Assunto abordado: Direitos sociais.

De acordo com o art. 6º, parágrafo único, da CF/1988:

Art. 6º, Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

- 19 Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.

Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Errado.

Assunto abordado: Direitos sociais.

Em desacordo com o art. 11 da CF/1988:

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. (Grifos nossos.)

- 20 Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.

São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

Certo.

Assunto abordado: Nacionalidade.

De acordo com o art. 12, I, a, da CF/1988:

Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

- 21 Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.
A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Errado.

Assunto abordado: Nacionalidade.

Em desacordo com o art. 12, § 2º, da CF/1988:

Art. 12, § 2º A lei **não poderá** estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos nossos.)

- 22 Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
O militar alistável é elegível, atendida a seguinte condição: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

Certo.

Assunto abordado: Direitos políticos.

De acordo com o art. 14, § 8º, da CF/1988:

Art. 14, § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

- 23 Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

Errado.

Assunto abordado: Direitos políticos.

Em desacordo com o art. 14º, § 12, da CF/1988:

Art. 14, § 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral **até 90 (noventa) dias** antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. (Grifos nossos.)

- 24 Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
O ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

Certo.

Assunto abordado: Poder judiciário.

De acordo com o art.93, I, da CF/1988:

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora